

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ATA DA 6^ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO JUDICIÁRIA

No dia vinte e seis do mês de junho de dois mil e dezenove, às 14:30 horas, na sala de reuniões da Secretaria Judiciária, teve início a sexta reunião do Comitê de Gestão Judiciária, presentes a Secretaria Judiciária, Danielle Cidade Morgado Maemura; a Coordenadora de Assuntos Judiciários e Correcionais, Vanessa Piovezan Scholz Bravo; a Coordenadora Processual, Daniela Nunes Pinheiro; o Coordenador de Sessões, André Pereira Souto; a Chefe da 79^a Zona Eleitoral, Ana Lúcia Germano Costa, através de videoconferência; a Coordenadora de Sistemas, Desiree Hernandez Mausbach Ricco; a Oficial de Gabinete de Apoio Técnico, Thais Lordello Teixeira Bandeira. Ausência justificada da Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral, Monica Miranda Gama Monteiro, sendo substituída pela Coordenadora de Assuntos Judiciários e Correcionais; do Coordenador de Fiscalização do Cadastro Eleitoral, Guilherme Babora do Carvalhal e do Coordenador de Gestão da Informação, Fernando José dos Santos, este sendo substituído pela chefe da Seção de Jurisprudência, Sandra Soto Rodriguez. Foram convidados a participar da reunião os servidores Leila Corina Fanhani Silveira, chefe da Seção de Autuação e Distribuição e o servidor Rafael Sponholz Farhat, chefe da Seção de Procedimentos Judiciários, em razão de terem comparecido ao teste em campo do sistema PJE-ZE, realizado em Brasília, nos dias 13 e 14 de junho passado. A servidora Danielle Cidade Morgado Maemura, Presidente do Comitê, iniciou a reunião que tem como pauta a implantação do PJE nas Zonas Eleitorais do Paraná, passando a palavra para a Coordenadora de Assuntos Judiciários e Correcionais, que trouxe o Plano de Ação para implantação do sistema PJE nas Zonas Eleitorais para homologação por este Comitê. Informou que será cumprido o cronograma do TSE, sendo a implantação efetivada nas capitais em 20 de agosto e nas demais zonas eleitorais em 24 de setembro. A versão do PJE a ser utilizada será a 2.1. Haverá treinamento por EAD a partir de 10 de julho próximo para a primeira turma, sendo que esses servidores darão suporte às outras zonas eleitorais. Foi comunicado que o Gabinete da Presidência expediu ofícios para a Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público Estadual e Federal informando sobre o cronograma de implantação do sistema, já existindo tutoriais para advogados e promotores, disponibilizados pelo TSE. A servidora Ana Lúcia pediu que seja encaminhada orientação às zonas eleitorais para que informem os advogados do município sobre a implantação do PJE, inclusive em relação ao suporte, sugestão que foi aprovada pelo Comitê. Outras notícias sobre o uso do PJE e o treinamento feito no TSE pelos servidores Leila e Rafael foram trazidas para a reunião. Foi levantada e importância de, no momento da autuação, a classificação do assunto ser feita de modo correto para posterior extração de dados estatísticos. Ana Lúcia questionou sobre o treinamento dos Juízes e a ela foi esclarecido pela Oficial de Gabinete que os Juízes do TRE foram aprendendo com o uso, auxiliados pelos servidores do seu gabinete, em razão do papel por eles utilizado ser mais restrito. Comentou-se que os Juízes podem usar o token já utilizado no Tribunal de Justiça. Os servidores terão token a partir de 2020 e até lá será usado o duplo fator de autenticação para assinatura dos documentos. Ana Lúcia informou que recebeu sugestões dos chefes de cartório para melhoria do trabalho, assuntos que se coadunam com a competência do Comitê de Gestão Judiciária e que as encaminhou à Presidência do referido Comitê. As sugestões serão analisadas e trazidas à discussão na próxima reunião. Danielle trouxe duas situações que ocorrem no Processo Judicial Eletrônico: 1º) quando o processo muda de instância, os números dos IDs também mudam. Questionado sobre essa situação, o TSE respondeu que o sistema funciona assim mesmo e quando retornarem à instância original, terão seus números antigos restabelecidos (haverá, então, 2 IPs diferentes); 2º) as revisões de autuação feitas no TSE não repercutem no TRE. Ex. a inclusão de advogado feita no Tribunal Superior não aparecerá quando o processo voltar para o Tribunal Regional. A inclusão do advogado deverá ser feita novamente. Ana Lúcia sugeriu que, caso seja escolhido o SIATI para esclarecimento de dúvidas do PJE, ele seja reformulado ou que seja possível fazer pesquisa por assunto. A Coordenadora de Sistemas verificará a possibilidade de inclusão de filtros na

ferramenta. Também a ideia de ser montado um formulário de dúvidas e perguntas frequentes está sendo analisada, com o cuidado de padronizar as respostas. Desiree sugeriu que seja feita uma enquete com as zonas do interior sobre a preferência quanto ao meio de suporte. Ana Lúcia sugeriu que seja por Wiki, para facilitar a padronização e obter rapidez no esclarecimento das dúvidas, mas comprometeu-se em enviar às demais zonas eleitorais questionamento quanto ao meio de suporte para o PJE. Nada mais havendo, deu-se por encerrada a reunião. Eu, Mauricéia Moro Besbati (Chefe de Gabinete da Secretaria Judiciária) lavrei a presente ata que vai assinada pelos demais membros presentes.

Danielle Cidade Morgado Maemura
Secretaria Judiciária

Desiree Hernandez Mausbach Ricco
Coordenadoria de Sistemas

Vanessa Piovezan Scholz Bravo
Coordenadoria de Assuntos Judiciários e Correcionais

Rafael Sponholz Farhat
p/ Coordenadoria de Fiscalização do Cadastro

Sandra Soto Rodriguez
p/Coordenadoria de Gestão da Informação

Daniela Nunes Pinheiro
Coordenadoria Processual

André Pereira Souto
Coordenadoria de Sessões

Ana Lúcia Germano Costa
Chefe da 79ª Zona Eleitoral

Leila Corina Fanhani Silveira
Seção de Autuação e Distribuição

Thais Lordello Teixeira Bandeira
Oficial de Gabinete de Apoio Técnico